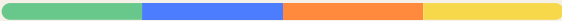


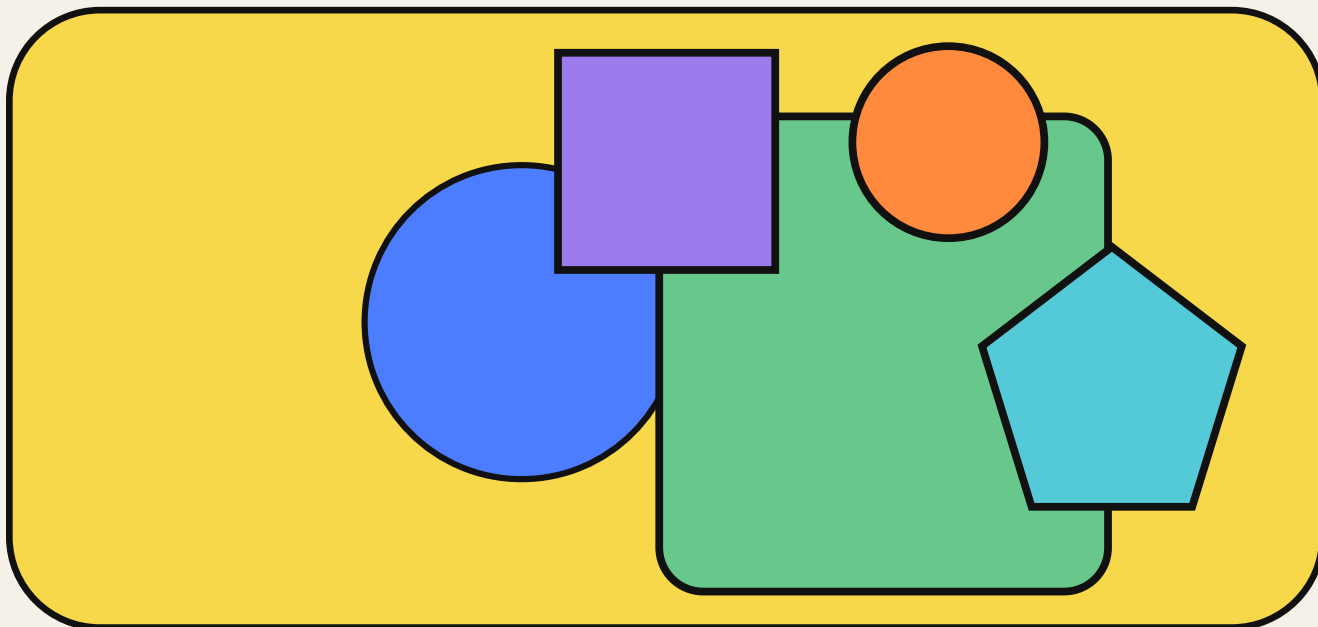


NOSSO DIGITAL



2026-2030

DOCUMENTO SÍNTESE



UMA AGENDA DA SOCIEDADE
CIVIL PARA UM FUTURO
DIGITAL MAIS JUSTO

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O **Nosso Digital** — Uma agenda da sociedade civil para um futuro digital mais justo — reúne contribuições produzidas coletivamente por organizações da sociedade civil brasileira dedicadas ao debate sobre tecnologia, direitos e democracia, expressando uma visão comum sobre os caminhos necessários para um ambiente digital soberano, seguro, plural e orientado ao interesse público.

O Brasil vive um momento decisivo para o seu futuro digital. Já estão em debate, e mesmo em implementação, políticas, estratégias e regulações capazes de moldar os rumos da tecnologia no país: sua infraestrutura, sua economia, seus mercados e o modo como isso afeta a vida das pessoas.

A sociedade civil, por sua vez, acumula conhecimento e propostas relevantes, construídos em diferentes redes, agendas e especialidades. Esse patrimônio ainda está disperso, mas pode e deve ancorar posições convergentes capazes de influenciar a agenda pública com força e coerência.

É diante dessa oportunidade que nasce esta Agenda, construída coletivamente para disputar e incidir sobre as políticas, normas e projetos de lei que definirão os próximos anos do campo digital brasileiro.

ESTA É, ANTES DE TUDO, UMA AGENDA DE DIREITOS.

TEMAS RECORRENTES

A elas somam-se assuntos que atravessam de forma recorrente os diferentes campos do digital, como a inteligência artificial, as big techs e as plataformas proprietárias, a soberania e a justiça de dados, e os algoritmos, a automação e a datificação, evidenciando que os desafios do ambiente digital são interdependentes e exigem respostas coerentes entre si.

DIRETRIZES TRANSVERSAIS

Essa perspectiva orienta todo o seu conteúdo e se expressa por um conjunto de diretrizes transversais que devem guiar, de forma integrada, a leitura e a aplicação de cada objetivo e proposta:

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIOTERRITORIAIS E AMBIENTAIS

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS

DEFESA DA SOBERANIA DIGITAL POPULAR E DEMOCRÁTICA, COM AUTODETERMINAÇÃO DIGITAL DOS POVOS

ALINHAMENTO DAS TECNOLOGIAS AO INTERESSE PÚBLICO

ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, EM ESPECIAL DO RACISMO, DO MACHISMO, DA LGBTQIAPN+FOBIA E DO CAPACITISMO

DEFESA DA DEMOCRACIA

Um país com possibilidades reais

O Brasil acumula décadas de experiência com tecnologias públicas e livres e conta com avanços em iniciativas de conectividade comunitária e inclusão digital em larga escala.

Além disso, é um país que apresenta um modelo de governança multissetorial da internet reconhecido internacionalmente, indicando caminhos para a participação de governo, setor privado, academia e sociedade civil nas decisões sobre o digital.

A dimensão do mercado brasileiro, sua posição geopolítica e sua liderança regional na América Latina conferem ao país capacidade de negociação e de articulação de alianças internacionais para apresentar padrões tecnológicos e regulatórios alternativos aos modelos hegemônicos.

A isso se juntam outras capacidades importantes. O país conta com um ecossistema jornalístico plural e redes de checagem para difundir informações de interesse público.

No campo científico, possui uma sólida produção acadêmica em áreas relacionadas ao digital e uma rede de instituições públicas de fomento à pesquisa e à inovação. Acumula também décadas de mobilização social, de marcos legais no enfrentamento às diversas discriminações e já possui um legado regulatório relevante sobre direitos digitais.

Importante, também, afirmar que é um país com recursos minerais estratégicos e uma matriz energética predominantemente renovável. Por fim, o Brasil dispõe de um sistema público de saúde universal, com plataformas digitais próprias e uma base de dados populacionais única no mundo.

O Brasil já possui, em praticamente todas essas frentes, conhecimento técnico, científico e institucional relevante: a principal lacuna é a orquestração estratégica dessas capacidades em torno de um projeto comum.

CAPACIDADES REAIS PARA UM PROJETO COMUM.

UM PAÍS COM CAPACIDADES ESTRATÉGICAS

O Brasil reúne conhecimento técnico, científico e institucional relevante. O desafio é articular essas capacidades em torno de um projeto comum.



PROJETO COMUM:

Orquestrar capacidades em torno de uma estratégia.

PONTOS DE ATENÇÃO



Concentração de poder



Ecosistema informacional frágil



Desigualdade e violência



Vigilância sem garantia



Saúde física e mental

Mas também com desafios a enfrentar

É esse mesmo patrimônio, no entanto, que hoje convive com fragilidades estruturais. O Estado ainda não dispõe de capacidades institucionais, técnicas e regulatórias suficientes para planejar sua atuação no longo prazo, e as decisões sobre tecnologia seguem sendo tomadas com participação social limitada e sob forte influência de atores econômicos.

Esse desequilíbrio se agrava pela concentração de poder econômico, tecnológico e político em poucas empresas, pela fragilidade do ecossistema informacional e do jornalismo de interesse público, e pela complexidade técnica que ainda afasta grande parte da sociedade desse debate.

Desigualdades e violências como o racismo, a misoginia, a LGBTQIAPN+fobia e o capacitismo são reproduzidas e amplificadas no ambiente digital, enquanto a expansão de tecnologias de vigilância, segurança e prestação de serviços avança sem garantias suficientes de proteção de direitos.

Garantir uma conectividade significativa e uma inclusão digital que alcance todos os territórios é também um desafio em aberto. Persiste a necessidade de distribuir de forma mais justa os benefícios do desenvolvimento tecnológico e de coordenar melhor a pesquisa e a inovação no país.

Segue pendente, também, a proteção da saúde física e mental da população diante da expansão do ambiente digital.

O ambiente digital brasileiro é hoje organizado, sobretudo, para ampliar negócios e o uso de tecnologias, não para garantir direitos. E o próprio campo da sociedade civil dedicado a essa disputa segue fragmentado, com dificuldades de financiamento e de articulação que limitam sua capacidade de transformar essas questões em problemas públicos reconhecidos pela população.

É diante desse duplo cenário, um país com capacidades reais ainda pouco orquestradas, e desafios estruturais que ainda o impedem de realizá-las plenamente, que esta Agenda busca traduzir, em objetivos e propostas concretas, o horizonte de um ambiente digital soberano, seguro, democrático, plural e a serviço das pessoas.

O QUE QUEREMOS PARA O AMBIENTE DIGITAL

Uma sociedade civil forte, diversa e articulada, que compreende os impactos das transformações tecnológicas, acompanha seus rumos, incide sobre as decisões e constrói alternativas a serviço do interesse público.



Um Estado que planeja o futuro digital do país, implementa, monitora e avalia políticas digitais com horizonte de longo prazo, protege dados pessoais e infraestruturas críticas e garante participação social.

Um país que decide sobre suas próprias tecnologias, oferece infraestruturas digitais públicas transparentes, interoperáveis e a serviço do interesse público, e promove tecnologias livres e abertas e a produção nacional de conhecimento tecnológico.



Uma internet plural, diversa e inclusiva, que inclui a multiplicidade de culturas, territórios, línguas, identidades, formas de expressão e experiências sociais.

Um ambiente digital composto por alternativas tecnológicas reais e diversas, que opera com transparência e responsabilização das plataformas e demais sistemas digitais.



Uma praça pública digital plural, diversa e confiável, com jornalismo de interesse público fortalecido, transparência sobre a circulação de conteúdos, autonomia informacional e letramento digital, midiático e crítico.

Um ambiente digital seguro e inclusivo em que crianças, adolescentes, mulheres, população negra e grupos historicamente vulnerabilizados ocupam espaços e participam da vida política e social do país com a mesma segurança e dignidade que se espera de qualquer espaço público.



Conectividade significativa e inclusão digital com equidade, reconhecidas como direito, articuladas às realidades dos territórios, às experiências comunitárias e às tecnologias livres, e acompanhadas de educação digital crítica e democrática.



Um país que lidera pelo exemplo em tecnologia responsável e é referência em políticas de fomento e inovação coordenadas, descentralizadas e diversas, que promovem equidade de gênero e raça na produção de conhecimento, na pesquisa, na formação e no setor de tecnologia.

Um desenvolvimento tecnológico que respeita o meio ambiente e os territórios, incorporando a justiça socioambiental e os direitos dos povos e comunidades a todas as decisões sobre tecnologia.



Trabalho digno, direitos garantidos e distribuição justa de valor para quem trabalha em plataformas digitais.

Tecnologias digitais comprometidas com a saúde e o bem-estar da população, com dados protegidos, sistemas interoperáveis e uso orientado pela proteção de direitos e pelo interesse público.



Tecnologias e sistemas digitais a serviço das pessoas, desenvolvidos e utilizados de forma compatível com os direitos humanos, com proteção à privacidade, respeito à liberdade de expressão, transparência e responsabilização, e mecanismos efetivos para prevenir e corrigir danos sociais.

PROPOSTAS

UM ESTADO QUE PLANEJA O FUTURO DIGITAL COM A SOCIEDADE

Hoje, o Brasil decide sobre tecnologia de forma fragmentada, pouco transparente e sem memória entre governos. Queremos um Estado que planeje o digital no longo prazo e que abra essas decisões ao controle e à participação da sociedade.

01

Criar uma instância de governo dedicada, participativa e permanente para coordenar a política digital nacional.

A coordenação da política digital está hoje dispersa entre Casa Civil, MCTI e diversas agências setoriais. A criação de uma instância central de coordenação possibilita que o país tenha voz estratégica sobre seu futuro tecnológico.

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

02

Elaborar um plano de soberania e autonomia digital de longo prazo, com metas, responsabilidades e recursos definidos.

Um plano nacional de longo prazo para o digital possibilita continuidade entre governos e permite cobrar resultados.

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

03

Ampliar e fortalecer espaços permanentes de participação social nas decisões sobre políticas, regulações e tecnologias digitais, com diversidade e poder real de incidência.

O CGI.br já existe como modelo de governança multissetorial, mas precisa de mais representatividade e de novos espaços dedicados a temas emergentes.

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

04

Ampliar o controle social e a transparência sobre as tecnologias, sistemas e dados contratados ou utilizados pelo Estado.

O dinheiro público usado para aquisição de tecnologia precisa ser fiscalizado de forma sistemática.

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

TECNOLOGIAS RESPONSÁVEIS E PLATAFORMAS QUE RESPONDEM PELO QUE FAZEM

Hoje quem sofre danos causados por plataformas, algoritmos e modelos de negócio digitais quase nunca encontra a quem recorrer. Queremos regras de transparência, responsabilização e proteção ao trabalho digital.

05

Exigir transparência sobre os critérios de moderação de conteúdo e sobre as demais informações necessárias para o monitoramento de plataformas e sistemas digitais.

Hoje, os critérios de moderação são definidos e revelados exclusivamente a critério de cada empresa.

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

09

Garantir direitos e proteção social às pessoas que trabalham por plataformas digitais.

Quem entrega, dirige ou presta serviço por aplicativo também deve ter direito a aposentadoria, saúde e segurança no

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

06

Ampliar a transparência sobre a coleta de dados, a segmentação e os critérios de direcionamento de anúncios.

Conhecer os caminhos pelos quais um anúncio chega até alguém é o primeiro passo para uma escolha consciente sobre aceitá-lo ou recusá-lo.

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

10

Garantir transparência e o direito de contestar decisões algorítmicas que afetem o trabalho e a renda de quem trabalha por plataformas.

Ninguém deveria perder renda por causa de uma decisão algorítmica que não possa compreender nem contestar, que é como acontece hoje.

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

07

Criar canais e procedimentos para prevenir danos e violações de direitos causados por plataformas e algoritmos e, quando ocorrerem, garantir reparação e responsabilização.

Uma empresa que lucra com um sistema deve responder pelos danos que esse sistema causa à sociedade. É preciso que a constatação de um dano leve a uma consequência concreta.

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

11

Restringir a publicidade comportamental.

A publicidade - e a tática de uso massivo de anúncios - baseada em perfis comportamentais sensíveis apresenta um risco para o uso seguro da internet.

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

08

Criar mecanismos permanentes de monitoramento dos impactos de plataformas e sistemas algorítmicos, com produção de evidências.

Sem dados independentes sobre os efeitos reais da tecnologia, o debate público fica refém do que as próprias empresas escolhem divulgar.

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL

T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

SEGURANÇA E PRIVACIDADE SEM VIGILÂNCIA EM MASSA

Queremos privacidade garantida por lei e limites evidentes para qualquer forma de vigilância, pública ou privada.

12

PROTEGER O USO DE CRIPTOGRAFIA DE PONTA A PONTA E DE VPNS.

Sem a garantia da criptografia, toda conversa privada se torna, em tese, uma conversa vigiável.

T5 VIGILÂNCIA

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

13

ESTABELECEER LIMITES À COLETA DE DADOS SEM CONSENTIMENTO, AMPLIANDO O CONTROLE DAS PESSOAS SOBRE SEUS DADOS PESSOAIS.

Dado coletado sem limite vira poder concentrado nas mãos de quem o coleta; limites devolvem esse poder às pessoas.

T5 VIGILÂNCIA

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

14

ESTABELECEER LIMITES E SALVAGUARDAS PARA O USO DE TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO, ESPECIALMENTE NA SEGURANÇA PÚBLICA.

Segurança pública não pode ser sinônimo de monitoramento sem controle sobre quem monitora.

T5 VIGILÂNCIA

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

15

IMPEDIR QUE MEDIDAS COMO A VERIFICAÇÃO DE IDADE AMPLIEM INDEVIDAMENTE A COLETA DE DADOS E A VIGILÂNCIA DAS PESSOAS.

Proteger crianças no digital não pode ser justificativa para a violação de outros direitos.

T5 VIGILÂNCIA

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

16

● **INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS QUE PREVEJAM, DESDE A CONCEPÇÃO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO.**

É mais fácil e mais barato prevenir um dano desde o desenho de um produto do que corrigi-lo depois que ele já aconteceu. Hoje a segurança é tratada majoritariamente, como reação a problemas já ocorridos.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

17

● **CRIAR OU FORTALECER SERVIÇOS E PROTOCOLOS DE ACOLHIMENTO, DENÚNCIA, PROTEÇÃO E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DIGITAL.**

Quem sofre violência digital precisa de um caminho reconhecido para pedir ajuda.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

18

● **CRIAR MECANISMOS ESPECÍFICOS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO, AO RACISMO E A OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL.**

Violência de gênero e racismo online têm dinâmicas próprias, que exigem respostas específicas. Faltam hoje instrumentos efetivos dedicados especificamente a essas formas de violência.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

19

● **GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PREVISTAS NO ECA DIGITAL.**

Ter uma boa lei não basta se ela não sai do papel; é preciso transformar as medidas previstas no ECA Digital em práticas efetivas no funcionamento das plataformas.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

T6 PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DIGITAL

20

● **CRIAR E INTEGRAR BASES DE DADOS, PROTOCOLOS E FERRAMENTAS COMPARTILHADAS PARA IDENTIFICAR E ENFRENTAR VIOLÊNCIAS DIGITAIS E DISCRIMINAÇÕES ALGORÍTMICAS, ESPECIALMENTE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O RACISMO.**

Sem dados comparáveis entre diferentes iniciativas, não é possível medir se as políticas de enfrentamento à violência digital estão de fato funcionando.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

CONHECIMENTO E TECNOLOGIA BRASILEIROS A SERVIÇO DO PAÍS

O Brasil já tem ciência, talento e experiência acumulados. Falta orquestrar essas capacidades em torno de um projeto nacional de tecnologia soberana, aplicada às necessidades reais do país.

21

CRIAR OU AMPLIAR PROGRAMAS DE FOMENTO COORDENADOS E DESCENTRALIZADOS PARA PESQUISA, FORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, COM METAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA.

BNDES, Finep e Embrapii poderiam atuar de forma mais articulada em seus programas e ações.

T4 VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

T10 P&D E INOVAÇÃO

22

INSTITUIR MECANISMOS DE FINANCIAMENTO PERMANENTES PARA PESQUISAS SOBRE COMPORTAMENTO ONLINE, DESINFORMAÇÃO E IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA SOCIEDADE.

Sem entender como a desinformação se espalha e como a tecnologia afeta o comportamento das pessoas, as políticas de enfrentamento avançam sem direção conhecida.

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL

T10 P&D E INOVAÇÃO

23

CRIAR E/OU APERFEIÇOAR PROGRAMAS DE FOMENTO À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E À INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA BRASILEIRA EM TECNOLOGIA.

Parcerias internacionais aceleram o acesso do Brasil ao conhecimento de ponta e credenciam o país como protagonista na disputa tecnológica global.

T10 P&D E INOVAÇÃO

24

CRIAR ESTÍMULOS AO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE ALGORITMOS ABERTOS E DE TECNOLOGIAS NACIONAIS, INCLUINDO MODELOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

Um algoritmo aberto pode ser auditado, corrigido e adaptado à realidade brasileira. O país ainda depende, sobretudo, de sistemas fechados desenvolvidos no exterior.

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

T10 P&D E INOVAÇÃO

25

DESENVOLVER FORMAS DE APOIO À APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS NACIONAIS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS, COMO SAÚDE, DEFESA E OUTROS SETORES PRIORITÁRIOS.

Aplicar conhecimento científico em áreas como saúde e defesa transforma ciência em soberania concreta.

T10 P&D E INOVAÇÃO

T12 SAÚDE

26

CRIAR E/OU APERFEIÇOAR INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PARA JOVENS TALENTOS EM TECNOLOGIA, CONSIDERANDO EQUIDADE DE RAÇA E GÊNERO.

O futuro tecnológico do Brasil depende de investir nas pessoas que vão construí-lo.

T10 P&D E INOVAÇÃO

27

CRIAR UMA POLÍTICA NACIONAL PERMANENTE PARA PREVENIR E ENFRENTAR OS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE A SAÚDE MENTAL.

Os efeitos da vida digital sobre a saúde mental são reais; tratá-los como política permanente é reconhecer sua escala.

T10 P&D E INOVAÇÃO

T12 SAÚDE

28

DESENVOLVER LINHAS PERMANENTES DE FINANCIAMENTO, MANUTENÇÃO E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS LIVRES E ABERTAS.

Sustentar tecnologias livres com financiamento contínuo é proteger uma alternativa real diante da concorrência das big techs.

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

T10 P&D E INOVAÇÃO

29

USAR AS COMPRAS PÚBLICAS PARA INDUZIR INTEROPERABILIDADE, TECNOLOGIAS LIVRES, PRODUÇÃO NACIONAL E INOVAÇÃO ORIENTADA AO INTERESSE PÚBLICO.

O poder de compra do Estado pode criar mercado para tecnologia nacional. Hoje esse poder é subutilizado para promover inovação e desenvolvimento justo.

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

T10 P&D E INOVAÇÃO

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

30**APROVAR A REGULAÇÃO DE MERCADOS DIGITAIS.**

Sem regras de concorrência para o digital, as decisões sobre o que o mercado brasileiro pode ou não fazer se concentram nas mãos de poucas grandes empresas. O PL nº 4.675/2025 já tramita e precisa avançar para votação e sanção.

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS**31****APROVAR A REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS.**

Serviços digitais que moldam a vida das pessoas precisam de regras objetivas e reconhecidas, e hoje operam, em grande parte, sem elas. A regulação de serviços digitais ainda é incompleta e dispersa em normas setoriais.

T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS**32****APROVAR A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.**

Sistemas de IA já decidem sobre crédito, emprego e segurança pública, e devem, portanto, prestar contas por lei. O PL nº 2.338/2023 de regulação da IA já tramita e precisa avançar para votação e sanção.

T10 P&D E INOVAÇÃO**T11 ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS**

UMA INTERNET MAIS PLURAL

Poucas plataformas concentram o acesso, a curadoria e a infraestrutura digital do Brasil. Queremos abrir espaço para alternativas nacionais, comunitárias e de interesse público.

FORTALECER INICIATIVAS PERMANENTES DE CHECAGEM DE CONTEÚDOS DE AMPLA CIRCULAÇÃO.

Checar fatos na velocidade necessária para acompanhar a desinformação exige recursos permanentes. Iniciativas de checagem já existem, mas dependem de fontes instáveis de financiamento.

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL**T2 TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO****33**

ADOTAR REQUISITOS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE PLATAFORMAS E SERVIÇOS DIGITAIS, REDUZINDO A DEPENDÊNCIA DE ECOSISTEMAS FECHADOS.

Poder trocar de plataforma sem perder contatos e dados é o que permite que novas alternativas possam existir e competir de verdade.

34

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

TTI ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

REVER AS PRÁTICAS DE ZERO RATING PARA AMPLIAR A LIBERDADE DE ESCOLHA NO ACESSO A SERVIÇOS DIGITAIS.

Internet gratuita que só funciona dentro de alguns aplicativos não garante liberdade de escolha nem favorece o acesso de fato.

35

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

TTI ECONOMIA, TRABALHO E MERCADOS DIGITAIS

CRIAR PROGRAMAS PERMANENTES DE FINANCIAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS DIGITAIS DE INTERESSE PÚBLICO, COMO O JORNALISMO.

O jornalismo é fundamental para a vida democrática do digital, e por isso precisa de financiamento estável.

36

T1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INTEGRIDADE INFORMACIONAL

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

MAIS ESCOLHAS MAIS CONEXÕES

Um ambiente digital aberto, diverso e de interesse público.

TECNOLOGIAS QUE APRENDEM COM OS TERRITÓRIOS

Educação digital, inclusão e infraestrutura ainda chegam aos territórios de fora para dentro. Queremos reconhecer territórios e comunidades como protagonistas.

37

INCORPORAR A EDUCAÇÃO DIGITAL CRÍTICA, ÉTICA E DEMOCRÁTICA ÀS POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS.

O uso das tecnologias requer um pensamento crítico e a formação é necessária para tanto.

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

38

AMPLIAR OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL VOLTADOS A PÚBLICOS PRIORITÁRIOS, INCLUSIVE POR MEIO DE TELECENTROS, E OS INVESTIMENTOS EM ARRANJOS LOCAIS DE INFRAESTRUTURA DIGITAL.

Pessoas idosas, comunidades vulnerabilizadas e mulheres seguem enfrentando barreiras específicas que políticas genéricas de acesso não conseguem resolver.

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

39

CRIAR METAS NACIONAIS DE CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA PLENA E UNIVERSAL, COM FOCO EM AMPLIAR ACESSO EM ESCOLAS, PERIFERIAS E TERRITÓRIOS HOJE INSUFICIENTEMENTE ATENDIDOS.

O acesso às tecnologias digitais ainda não se traduz em conectividade significativa, o que aprofunda desigualdades educacionais já existentes.

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

40

CRIAR PROGRAMAS PERMANENTES DE FORMAÇÃO E APOIO A EDUCADORES PARA A CULTURA DIGITAL CRÍTICA.

Professores bem formados em cultura digital formam, todos os anos, novas gerações mais preparadas para o ambiente digital.

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL



CRIAR E AMPLIAR PROGRAMAS PERMANENTES DE LETRAMENTO DIGITAL, MIDIÁTICO E INFORMACIONAL AO LONGO DA VIDA, PRIORIZANDO POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS.

Pessoas de todas as idades precisam aprender a reconhecer golpes e notícias falsas.

T7 EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

T9 - JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIA



INCORPORAR CRITÉRIOS DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E TERRITORIAL NAS DECISÕES SOBRE TECNOLOGIA, ESPECIALMENTE EM DATACENTERS, PREVENINDO IMPACTOS CLIMÁTICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS.

A infraestrutura digital que ignora o território onde se instala corre o risco de repetir o mesmo modelo predatório de outras cadeias produtivas extrativistas.

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

T9 - JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIA



GARANTIR A PARTICIPAÇÃO E OS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES AFETADOS POR INFRAESTRUTURAS E CADEIAS PRODUTIVAS DIGITAIS.

Hoje essas comunidades raramente são consultadas antes da instalação de infraestrutura digital e suas vozes têm sido pouco ouvidas nos processos.

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

T9 - JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIA



CRIAR PROGRAMAS DE APOIO A ARRANJOS TERRITORIAIS, REDES COMUNITÁRIAS E FORMAS PARTICIPATIVAS DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DIGITAIS.

A infraestrutura gerida com o território está mais próxima de quem vive ali.

T3 GOVERNANÇA DIGITAL DEMOCRÁTICA

T8 INFRAESTRUTURAS DIGITAIS E CONECTIVIDADE

T9 - JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIA

O NOSSO DIGITAL PROPÕE UM FUTURO DIGITAL:

MAIS DEMOCRÁTICO

Sociedade e Estado com capacidade de decidir, participar e exercer controle sobre as transformações tecnológicas.

MAIS AUTÔNOMO E SOBERANO

Menos dependência e concentração, com tecnologias, conhecimentos e infraestruturas orientados ao interesse público.

MAIS PLURAL

Uma internet diversa, com jornalismo fortalecido, acesso à informação e condições para participação crítica.

MAIS PROTEGIDO

Tecnologias e plataformas que respeitem direitos, previnam danos e sejam transparentes e responsabilizadas.

MAIS JUSTO

Uma transformação tecnológica que reduza desigualdades, distribua seus benefícios e respeite pessoas, territórios e o meio ambiente.

ESTE É UM DOCUMENTO SÍNTESE DO NOSSO DIGITAL.

Além desse material, o **Nosso Digital** é composto por um Caderno de Detalhamento das Propostas e um repositório de dados com propostas construídas ao longo do processo.